

MARIA LIGIA PRADO

UTOPIAS

LATINO-AMERICANAS

política, sociedade, cultura



editoracontexto

UTOPIAS

LATINO-AMERICANAS

Como as utopias contam a História da América Latina? Com essa questão em vista, a historiadora Maria Ligia Prado, um dos grandes nomes da área no Brasil, conseguiu a façanha de reunir importantes especialistas de todo o continente neste livro instigante. Dividida em 5 seções – Utopias étnico-raciais e de gênero; Utopias do conhecimento; Utopias, representações e imaginários; Utopias políticas; Utopias da integração e da identidade latino-americana –, a obra ousa ao examinar a historicidade da utopia, com vistas a iluminar a distopia do presente.



editora
contexto

ISBN 978-65-5541-000-6



9 786555 410006



UTOPIAS LATINO-AMERICANAS

O livro *Utopias latino-americanas: política, sociedade, cultura* é um presente com que nos brinda sua idealizadora, Maria Ligia Prado. Ao completar 80 anos, ela, pioneira e mestra maior de todos que trabalham com a História da América Latina no Brasil, é quem mereceria ser presenteada, mas, seguindo sua habitual generosidade, decide ser esta a melhor maneira de ser homenageada.

Responsável pela formação de algumas gerações de estudiosos e pesquisadores da América Latina espalhados pelas universidades mais importantes do país e

UTOPIAS LATINO-AMERICANAS

política, sociedade, cultura

do continente americano, Maria Ligia Prado reúne nesta obra trabalhos da maior parte de seus muitos ex-orientandos, parceiros e amigos de jornada intelectual. Ao longo do livro, o leitor se depara com grande variedade de temas e temporalidades em torno de questões essenciais sobre a América Latina. Seus 22 artigos refletem a potência da historiografia latino-americana atual e também os frutos do longo, inovador e consistente trabalho de Maria Ligia Prado, que sempre buscou colocar em diálogo a história política, a história da cultura, a história das ideias, a história das mulheres e das relações de gênero e a história comparada.

Maria Elisa Noronha de Sá
Departamento de História da PUC-Rio

MARIA LIGIA PRADO
(org.)

UTOPIAS

LATINO-AMERICANAS

política, sociedade, cultura

Conselho Acadêmico

Ataliba Teixeira de Castilho
Carlos Eduardo Lins da Silva
José Luiz Fiorin
Magda Soares
Pedro Paulo Funari
Rosângela Doin de Almeida
Tania Regina de Luca



Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

A Editora não é responsável pelo conteúdo deste livro.
A Organizadora e os Autores conhecem os fatos narrados, pelos quais são responsáveis,
assim como se responsabilizam pelos juízos emitidos.

Consulte nosso catálogo completo e últimos lançamentos em www.editoracontexto.com.br.


editora**contexto**

Copyright © 2021 da Organizadora

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Ilustração de capa

Detalhe alterado de
Alfredo Ramos Martínez, *Mulher com flores*, 1932

Ilustrações das aberturas

Detalhes alterados de Alfredo Ramos Martínez, *Vendedoras de Frutas*, 1937 (p. 17); *The First Born*, 1930 (p. 107); *Los Viejos del Pueblo*, 1935 (p. 179); *No México*, sem data (p. 245); *Mujeres con flores*, 1946 (p. 335)

Montagem de capa e diagramação

Gustavo S. Vilas Boas

Preparação de textos

Lilian Aquino

Revisão

Vitória Oliveira Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Utopias latino-americanas : política, sociedade, cultura /
organizado por Maria Lígia Prado. – São Paulo : Contexto, 2021.
416 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5541-000-6

1. América Latina – Aspectos sociais – Utopias
2. América Latina – Aspectos políticos – Utopias
3. América Latina – Cultura I. Prado, Maria Lígia

20-4148

CDD 980

Andreia de Almeida CRB-8/7889

Índice para catálogo sistemático:

1. América Latina – Ensaios

2021

EDITORIA CONTEXTO

Diretor editorial: Jaime Pinsky

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa

05083-030 – São Paulo – SP

PABX: (11) 3832 5838

contexto@editoracontexto.com.br

www.editoracontexto.com.br

*Para os meus queridos netos:
Gabriel, Bruno, Giovanna, André*

SUMÁRIO



PREFÁCIO	11
-----------------------	----

Fabiana de Souza Fredrigo

UTOPIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES.....	19
--	----

Maria Ligia Prado e Romilda Costa Motta

PALAVRAS QUE LIBERTAM.....	37
----------------------------	----

Stella Maris Scatena Franco

RESISTÊNCIAS INDÍGENAS, ZONAS AUTÔNOMAS E OS ESTADOS ARGENTINO E CHILENO.....	55
--	----

Gabriel Passetti

MESTIÇAGEM COMO UTOPIA DE NAÇÃO? NARRATIVAS DO SAMBA EM TEMPOS DE DITADURA.....	69
--	----

Tânia da Costa Garcia

O CONTINENTE DA BLANQUIDAD E A ASCENSÃO DOS SUJEITOS NEGROS NO BRASIL E NA COLÔMBIA.....	87
---	----

Flavio Thales Ribeiro Francisco

UTOPIAS DO CONHECIMENTO

EDUCAÇÃO, ESTADO E IGREJA NA COLÔMBIA DO SÉCULO XIX.....	109
<i>Maria Ligia Prado e Valdir Santos</i>	

A ANTIGUIDADE DO NOVO MUNDO:

ARQUEOLOGIA E IDENTIDADES NO COMEÇO DO SÉCULO XX.....	127
<i>Gabriela Pellegrino Soares</i>	

POLÍTICAS SANITÁRIAS E PESQUISA MÉDICA

NO MUNDO RURAL LATINO-AMERICANO	143
<i>Marta de Almeida e Marcos Cueto</i>	

MUSEU E MEMÓRIA EM TEMPOS DE GUERRA NA COLÔMBIA.....	163
<i>Camilo de Mello Vasconcellos e William Alfonso López Rosas</i>	

UTOPIAS, REPRESENTAÇÕES E IMAGINÁRIOS

APRENDENDO COM A AMÉRICA LATINA:

FRANK TANNENBAUM E UMA RELEITURA DA UTOPIA.....	181
<i>Barbara Weinstein</i>	

UTOPIAS LATINO-AMERICANAS EM

PEDRO HENRÍQUEZ UREÑA E XUL SOLAR.....	197
<i>Patricia Funes</i>	

RICARDO PIGLIA E A UTOPIA DE AMÉRICA LATINA

EM OS DIÁRIOS DE EMILIO RENZI.....	215
<i>Júlio Pimentel Pinto</i>	

FOTOGRAFIAS DA UTOPIA LATINO-AMERICANA:

SEBASTIÃO SALGADO E ENRIQUE BOSTELMANN.....	233
<i>Carlos Alberto Sampaio Barbosa</i>	

UTOPIAS POLÍTICAS

DEMOCRACIA E SOCIALISMO NO CHILE.....	247
<i>Maria Helena Capelato</i>	

INTELECTUAIS, POLÍTICA CULTURAL E REVOLUÇÃO CUBANA.....	257
<i>Sílvia Cezar Miskulin</i>	

UTOPIAS E NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA CENTRAL.....	275
<i>Luiz Felipe Viel Moreira</i>	

O “BEM VIVER” COMO UMA NOVA UTOPIA LATINO-AMERICANA.....	295
<i>Tereza Maria Spyer Dulci</i>	

O FRACASSO DA UTOPIA BOLIVARIANA.....	313
<i>Sylvia Colombo</i>	

UTOPIAS DA INTEGRAÇÃO E DA IDENTIDADE LATINO-AMERICANA

A DEFESA DA SOBERANIA E AS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A AMÉRICA LATINA NO INÍCIO DO SÉCULO XX	337
<i>Mary Anne Junqueira</i>	

A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA COMO PROJETO UTÓPICO EM MANUEL UGARTE.....	355
<i>Kátia Gerab Baggio</i>	

A DIMENSÃO LATINO-AMERICANA NO PROJETO DO CEBRAP	373
<i>José Luis Beired</i>	

PROJETOS DE INTEGRAÇÃO DO BRASIL NA AMÉRICA LATINA: REALIDADE OU UTOPIA?	391
<i>Regina Aída Crespo</i>	

OS AUTORES.....	409
-----------------	-----



PREFÁCIO

Fabiana de Souza Fredrigo

*O que é o homem
se pergunta Pascal:
Uma potência de expoente zero.
Nada
se comparado com o todo
Tudo
se comparado com o nada
(Nicanor Parra, "Pensamentos")*

Tempos e narrativas transpõem e dão significado à operação historiográfica. A escrita sobre um tema emerge organizando as margens, visto que todo texto esconde – querendo revelar – os rastros do que nos despertou a atenção, a labuta por sentido e orientação no tempo, os nossos firmes afetos e desejos pelo urdimento de laços. Enfim, a escrita é a procura por um outro. Até mesmo quando o encontro marcado mais importante é com o outro que vive em nós, não há escapatória: materializamo-lo antes, fora de nós, estabelecendo relações que marcam, sobremaneira, a cultura circundante. Aproximamo-nos e socializamo-nos porque o outro nos encanta e nos assombra, complexa e irreversivelmente.

De uma ânsia profunda em compreender, emerge a escrita e, quando ela afeta

um desconhecido, nos sentimos em casa.¹ Esperançosas, as palavras se plasmam no papel convidando leitores decifradores, aqueles que se conectam ao processo de elaboração dos ruídos do mundo, ressonando-os. O mundo, lugar para o qual pretendemos devolver algum equilíbrio e racionalidade, fica mais compreensível – ou menos caótico – quando nos damos conta de que os outros, em outros tempos, tiveram dúvidas, inventaram buscas, imaginaram pessoas e cenários alternativos. O que realizaram os sujeitos de ontem e como o realizaram? Na inflexão do evento histórico, de que forma o sonho (revelado e segredo), a imaginação (concretizada e abandonada), a palavra (dita e morta), o desejo (vivenciado e sublimado), as viagens (feitas e desfeitas), a natureza (conhecida e indomada) e a beleza (vista e escondida) funcionaram como estopins para a subjetivação da experiência? Quando tratamos de utopia, seja qual for o lugar e o cenário, essa me parece a pergunta fundamental. Quando tratamos de utopias latino-americanas, soma-se à pergunta fundamental a constatação – incômoda, porém fértil – de que a própria América, assim indistintamente nomeada por outrem, foi, igualmente, a utopia de outrem. Antes de nascer como traçado cartográfico, o continente nutriu a imaginação aventureira.

Portanto, se considerarmos os tempos e as narrativas que nos envolvem, ambos atravessados pela fantasmagoria do ontem e pelo sequestro ameaçador do futuro, concluiremos que vaguear pelas utopias que perpassam este lugar, a América, é ato histórico urgente e acurado. Exatamente porque vivenciamos tempos distópicos, voltamo-nos ao exame das utopias. A historicidade nos encontra neste cruzamento. Antes de tomarmos a utopia como *cenário irrealizável* ou como um *vir a ser*, um *horizonte possível*, a nos manter caminhando em linha reta e sem bifurcações, trata-se de nela enxergar o ato histórico constituinte. Nesse sentido, não interessa recensear os argumentos que validaram ou criticaram a própria existência da utopia, na vazão dos projetos utópicos. Esse seria um passo atrás. O passo adiante está em reconhecer que a utopia, carregada de historicidade, ampara a realização de subjetividades múltiplas, que, coletivamente, encontram cenários para se inscreverem. Sei que nesse passo adiante estou acompanhada pela organizadora desta obra e pelos autores que com ela contribuíram, como se constata pelo exame do sumário.

Eu poderia pensar diferente sobre a apreensão e a trajetória da utopia, mas a América é incontornável, logo, demarca minha experiência no tempo. Isso significa que, em terra de reinvenções, transplantes e multiplicidades, não me parece possível desprezar os projetos utópicos ou identificá-los, ideologicamente, com o selo da irrealização. Vezes sem conta neste Extremo Ocidente, passado o calor dos acontecimentos e desenrolado os eventos até certo clímax, não é incomum nos deparmos com sentenças que, categoricamente, anunciam: “tal empreitada malogrou porque esteve amparada por utopias; essas, irrealizáveis, condenavam o projeto em sua origem”. A esse tipo de sentença imputo o selo ideológico, a começar pela referência capciosa à existência de uma origem, discursivamente naturalizada. Afinal, com que justeza podiam os revolucionários cubanos prever os dilaceramentos do homem novo ou a Unidade Popular adivinhar as chamas do La Moneda? A cobrança que se direciona aos projetos – caracterizados utópicos porque “o realismo lhes falta” – não seria própria da faina do tempo? Até mesmo o fracasso dos projetos utópicos tem uma história, que não é a da sua irrealização, mas a de suas mudanças de rota. A utopia – a forma como a concebemos e a buscamos – é, em si, paradoxalmente, histórica. Por exemplo: ressentido com os fins inesperados do projeto que norteava sua ação no mundo, Simón Bolívar teria proclamado uma “América ingovernável”, devoradora dos anseios de homens ousados que não fariam mais do que “arar no mar”.² No entanto, nada foi mais *utopicamente realizável* do que as independências. É esse um dos mecanismos que nos provoca a revisitar, de tempos em tempos, o projeto bolivariano. A historiografia que o captura e os contextos que o acolhem não têm como registrar uma narrativa substancial, sem que a utopia componha a trama.

As imagens da utopia como um lugar de realização plena, criado para uma comunidade de escolhidos e localizado em tempo e espaço sacralizados, demarca um tipo ideal de experiência utópica. Embora críticos tenham reiterado que o ideal utópico é universal (aparece em variadas comunidades, organizadas sob temporalidades diversas) e excludente (a comunidade, ao imaginar a sua utopia, pontilha fronteiras), resistimos na busca³ – histórica e coletivamente. Em razão disso, a América produziu, em qualidade e profusão, cronistas, ensaístas e literatos, cuja imaginação

poderosa registrou uma realidade assombrosa.⁴ Com eles, aprendemos que a utopia nos projeta além da comodidade, ao mesmo tempo em que desafia nosso cotidiano descomunal. Macondo nunca nos informou tanto como agora.⁵ Mobiliza-me o frequente alento de que “as estirpes condenadas a cem anos de solidão tenham, enfim e para sempre, uma segunda oportunidade sobre a terra”.⁶ Diante de intensas narrativas, pergunto: como não imaginar outro mundo, não só mas sobretudo, em tempos distópicos? Mais: como criar outro mundo sem, antes, imaginá-lo, exaustivamente projetá-lo? Ainda: como aceitar instituir um mundo apenas para minha satisfação pessoal? É possível – e, aqui, o dilema é também ético-político – que a plenitude me alcance sem passar pelo outro? E, então, voltamos ao começo deste prefácio: no outro materializo o encontro comigo, sinto o contentamento em partilhar a compreensão dos ruídos do mundo e, quiçá, de seus silêncios.

De algum modo muito preciso, essas perguntas se inscrevem no credo estadunidense, quando “palavras mágicas” são invocadas no preâmbulo da Declaração da Independência. Entre os direitos inalienáveis, estão “a liberdade, a vida e a procura da felicidade”. Depois de constrangidos pelo direito à procura da felicidade, os céticos advertiriam que se trata apenas de um registro no papel, uma “declaração de princípios”, nada (de) mais. Historiadores, no entanto, observadores das coletividades, acrescentariam: o registro é, simultaneamente, expressão e fruto da fundação de uma comunidade peregrina, e nela assentou-se a ponto de instituir o espaço planetário como lugar aberto ao desejo de consumir a felicidade.

Os textos deste livro esquadrinham os porquês de a utopia não poder ser apreendida como sinônimo de ilusão, apartamento ou exclusão. Ao restituir à utopia a veste temporal, os autores reconhecem-na enclausurada em nossas construções político-culturais, emprestando a essas sentido e orientação. Se dos projetos utópicos emerge o desvio, não sentenciam a utopia a uma pena injusta. Ao contrário disso, exercitam a compreensão, trazendo a contingência para o campo histórico.

A um prefácio cabe tão somente capturar o movimento que concede unidade ao livro que apresenta. Dividido em 5 seções que abrigam 22 capítulos, *Utopias latino-americanas: política, sociedade, cultura* ousa ao propor examinar a historicidade da utopia, com vistas a iluminar a

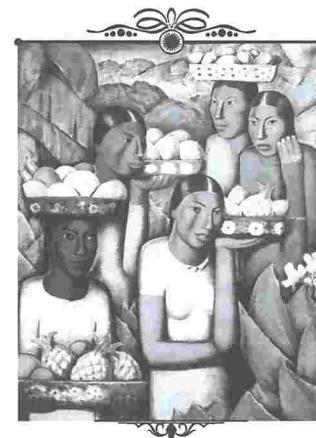
distopia do presente. Na elaboração de eventos que testam a operação historiográfica e os limites do sentido, este livro coloca em movimento a mudança. Na visita às utopias, anunciam os autores que o tempo distópico cederá, mas é preciso entretecer sua compreensão.

Em minha opinião, um prefácio exige brevidade. Deve servir para anunciar que o melhor está por vir – e não tenha dúvidas disso, leitor. Contudo, ainda me restam algumas palavras, que devem ser dirigidas, especialmente, à organizadora da coletânea, a professora Maria Lígia Prado. Eu a conheci em meados da década 1990, no II Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC), em Brasília. Mais exatamente, o ano era 1996 e eu sequer imaginava que o cerrado seria o lugar em que fixaria residência. Era uma jovem mestrandia, surpresa em dividir uma mesa-redonda com Maria Lígia Prado. De lá para cá, ela esteve presente em momentos fundamentais da minha carreira acadêmica. A admiração por ela, tantas vezes anunciada, só fez crescer ao longo do tempo. Dos laços acadêmicos brotaram os afetivos, e qual não foi minha alegria ao receber o convite para prefaciá-lo este livro! E não se trata apenas de mais um livro, em sua profícua produção bibliográfica. Não, este tem como objetivo comemorar os 80 anos de Lígia. Generosa, ela decidiu marcar a data com a organização de uma obra em que os autores celebrassem uma trajetória dedicada à pesquisa e à docência em História das Américas. Lígia formou gerações, fez cada um de nós – e eu sei que posso falar pelos autores dos capítulos deste livro – seguir, com entusiasmo, sem temer desvios de rota. Mostrou-nos que a trilha da História das Américas é cheia de bifurcações, *reveladas em tramas, telas e textos*. Instituiu conosco diálogos intelectuais que reverberam incessantemente. Com Lígia, todos nós, afetivamente, estabelecemos vínculos que, a distância ou não, alicerçam um profundo sentido de pertencimento. Isso é raro, na academia ou fora dela. Em sua forma e conteúdo, a concepção de um livro sobre utopias, nestes tempos, dá-nos a exata medida da inquietude e paixão de Maria Lígia Prado, por seu ofício e pelos caminhos da América. Parabéns, Lígia! O encontro com você, definitivamente, fez-me descobrir *formas de voltar para casa*,⁷ enriquecida, confiante e mais inteira. Espero que o leitor possa experimentar sensações parecidas, na leitura dos capítulos que integram este livro.

Notas

- ¹ “O que resta? Resta a língua”: uma conversa com Günther Gauss. Entrevista de Hannah Arendt, transmitida pela televisão da Alemanha Ocidental, ocorrida em 28 de outubro de 1964. In: Hannah Arendt, *Compreender: formação, exílio e totalitarismo – ensaios (1950-1964)*, São Paulo, Companhia das Letras/Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2008, p. 33.
- ² Trechos da carta escrita para o general Juan Flores, datada de 9 de novembro de 1830, após a morte de Sucre. Em: Vicente Lecuna (org.), *Cartas del Libertador (1829-1830)*, 2. ed., Caracas, Fundación Vicente Lecuna; Banco de Venezuela, 1969, t. VII, p. 585-588.
- ³ Ricardo Goldenberg, “Demanda de utopias”, em Irene Cardoso et al. (org.), *Utopia e mal-estar na cultura: perspectivas psicanalíticas*, São Paulo, Hucitec, 1997, p. 91-98.
- ⁴ Gabriel García Márquez, “A solidão da América Latina. Estocolmo, Suécia”, em *Eu não vim fazer um discurso*, Rio de Janeiro, Record, 2011, p. 25.
- ⁵ A Fundação Gabo produziu um curta, *La peste del Insomnio: el sueño que vivimos*, que conta com 30 atores de sete diferentes países da América Latina, que leem trechos de *Cem anos de solidão*, obra literária consagrada de García Márquez. Este prefácio é devedor, entre outras referências, das imagens, palavras e sons que me comoveram, quando assisti ao filme dirigido pelo venezuelano Leonardo Aranguibel. Sugiro ao leitor uma breve visita a Macondo, disponível em: <https://bemblogado.com.br/site/video-alice-braga-e-ricardo-darin-estrelam-curta-com-texto-classico-de-garcia-marquez-sobre-a-pandemia/>, acesso em: 6 set. 2020.
- ⁶ Gabriel García Márquez, op. cit., p. 28.
- ⁷ Aproveito para fazer alusão ao belíssimo romance de Alejandro Zambra, que merece atenção do leitor interessado em história das Américas. Ver: *Formas de voltar para casa*, São Paulo, Cosac Naify, 2014.

UTOPIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO



correspondências com os médicos norte-americanos, inseriu-se no que havia de mais atual em termos de explicações para a doença. Em 1902 e 1903, refaz as experiências realizadas em Havana na cidade de São Paulo, nas dependências do Hospital de Isolamento. Essas realizações repercutiram também na atuação sanitária de Oswaldo Cruz cidade do Rio de Janeiro. Marta de Almeida “Combates sanitários e embates científicos: Emílio Ribas e a febre amarela em São Paulo”, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, pp. 577-607, 2000.

⁴ Marta de Almeida. *Da Cordilheira dos Andes à Isla de Cuba, passando pelo Brasil: os congressos médicos latino-americanos e brasileiros (1888-1929)*, Tese de Doutorado em História Social, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, pp. 76 e 89.

⁵ *Brazil-Medico*, ano XXVIII, 1914, n. 14, p. 139.

⁶ Marta de Almeida, “A criação da cátedra de medicina tropical no Peru e no Brasil”, *História, Ciências, Saúde -Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, pp. 355-376, jun. 2011.

⁷ Marcos Cueto (org.), *Missionaries of Science: the Rockefeller Foundation and Latin America*, Bloomington, Indiana University Press, 1994.

⁸ Gilberto Hochman, *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*, São Paulo, Hucitec, 2012.

⁹ Simone Kropf, *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2009.

¹⁰ E. Quevedo, C. Manosalva, M. Tafur, J. Bedoya, G. Matiz e E. Morales, “Knowledge and Power: The Asymmetry of Interests of Colombian and Rockefeller Doctors in the Construction of the Concept of ‘Jungle Yellow Fever’”, *Canadian Bulletin for the Medical History*, v. 25, n. 1, pp. 71-109, 2008.

¹¹ Marcos Cueto e Steven Palmer, *Medicine and Public Health in Latin America, a History*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015.

¹² Dorothy Porter e Roy Porter, “What Was Social Medicine? An Historiographical Essay”, *Journal of Historical sociology*, v. 1, n. 1, pp. 90-106, 1988.

¹³ “Reforma Médica” era o mesmo nome do periódico alemão publicado no século XIX por Virchow, considerado precursor da medicina social.

¹⁴ Marcos Cueto, “Social Medicine in the Andes, 1920-50”, em Esteban Rodríguez-Ocaña, E. (org.), *The Politics of the Healthy Life, An International Perspective*, Sheffield, EAHMH Publications, 2002, pp. 104-138.

¹⁵ Ana Maria Kapeluz-Poppi, “Rural Health and State Construction in Post-Revolutionary Mexico: The Nicolaita Project for Rural Medical Services”, *The Americas*, v. 58, n. 2, pp. 261-283, 2001.

¹⁶ Jonathan Leonard, “Research in the Argentine Outback: The Health Quest of Salvador Mazza”, *Bulletin of the Pan American Health Organization*, v. 26, n. 3, pp. 256-270, 1992.

¹⁷ Marcos Cueto, “Indigenismo and Rural Medicine in Peru: The Indian Sanitary Brigade and Manuel Nuñez Butrón”, *Bulletin of the History of Medicine*, Baltimore, v. 65, pp. 22-41, 1991.

¹⁸ Ana Teresa Gutiérrez, *Tiempos de guerra y paz: Arnoldo Gabaldón y la investigación sobre malaria en Venezuela 1936-1990*, Caracas, CENDES, 1998.



MUSEU E MEMÓRIA EM TEMPOS DE GUERRA NA COLÔMBIA

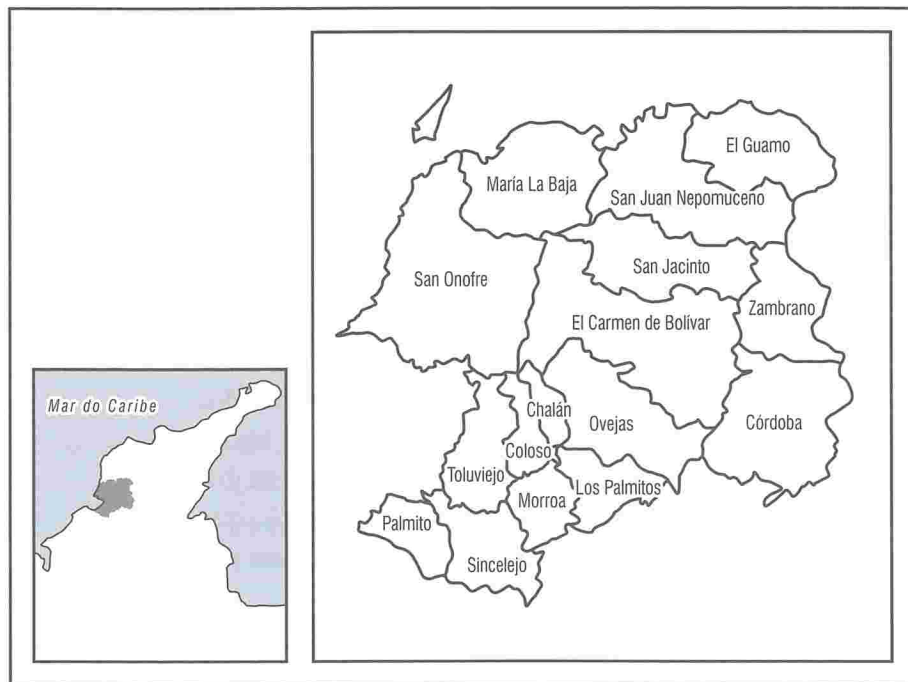
Camilo de Mello Vasconcellos
William Alfonso López Rosas

Embora o contexto político colombiano tenha sido particularmente destrutivo com as iniciativas de configuração social da memória de origem popular e/ou comunitária, elas mostraram não só uma grande capacidade de sobreviver em meio à mais agressiva violência armada, mas também uma admirável criatividade para construir processos de resistência, além de estabelecer e perpetuar dinâmicas culturais que protegeram e reativaram as relações sociais e, principalmente, a solidariedade dos grupos em que estas estão inseridas. Apesar dos atores armados e dos setores mais conservadores da sociedade colombiana, sua maior força, sem dúvida, reside nos processos de reparação que essas iniciativas de memória fundaram nas regiões onde estão assentados.

No presente capítulo,¹ discutiremos a trajetória social de um dos grupos mais significativos no cenário do movimento social

e dos direitos humanos dos últimos 20 anos na Colômbia: o Coletivo de Comunicações de Montes de Maria Linha 21,² fundado em 1994, cujo escopo de ação está concentrado em um dos territórios mais atingidos pela guerra de baixa intensidade que durante mais de 60 anos a Colômbia viveu. Podemos estabelecer uma primeira diretriz de análise da mais recente iniciativa lançada por essa organização: o Museu Itinerante da Memória e Identidade de Montes de Maria,³ O Mochuelo, cujo nome refere-se a um pássaro típico dessa região do Caribe colombiano que, apesar de seu pequeno porte, possui um belíssimo canto e alcança grandes alturas com seu voo. Além de reconhecermos e valorizarmos a originalidade e o poder museológico desse projeto institucional à luz das duras discussões que estão ocorrendo hoje sobre as políticas da memória no país, faremos considerações sobre os efeitos profundos que a abertura do Museu começou a ter não só no território montemariano, mas também no âmbito nacional, em sua intensa relação com a Rede Colombiana de Lugares de Memória.

Mapa da Colômbia com a localização da sub-região denominada Montes de María (Departamentos de Bolívar e Sucre).



Fonte: María Aguilera Díaz com dados do Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC).

AS RAÍZES DE O MOCHUELO: AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA ALTERNATIVA EM MONTES DE MARIA

Na Colômbia, como apontam os especialistas, certas comunidades populares procuraram e adotaram formas de construir a paz e a democracia a partir de opções civis, apesar do contexto de violência política e da degradação virulenta dos ataques de diferentes atores armados na sociedade civil. São iniciativas que, em muitos casos, são expressão de processos duradouros, profundamente enraizados nas dinâmicas histórico-políticas dos territórios e regiões onde estão localizados, e que coletivamente visam a expansão, aprofundamento e fortalecimento das práticas democráticas. São experiências que suscitam não apenas formas de resistência ativa à violência exercida pelos diferentes grupos armados legais e ilegais, mas também estratégias de reconstrução de comunidades, o que implica o surgimento de um poder social, organizado no campo local, com profundas raízes nas diferentes mobilizações populares ocorridas ao longo do século XX.⁴

Nesse contexto geral, o surgimento de uma iniciativa de memória como o Museu Itinerante de Memória e Identidade de Montes de Maria, O Mochuelo, não está marcado apenas pela vocação civil e pacifista do grupo de intelectuais, jornalistas, camponeses e jovens que, liderados por Soraya Bayuelo e Beatriz Ochoa, começaram a conceituá-lo a partir dos últimos anos da década dos anos 90 do século passado, mas também na longa tradição de mobilização política que esta região possui.

Tradição que possivelmente remonta à primeira década do século XX, quando o professor Eduardo Arango y Córdoba fundou, em 1913, o primeiro sindicato agrário do país.⁵ Essa primeira organização, segundo os especialistas, é fundamental para entender os sindicatos camponeses dos anos 1930 e 1940, formalizados pela Lei 83 de 1931, sob o primeiro governo liberal após quase 50 anos de hegemonia do Partido Conservador, mas também para entender as ações da Federação Agrária Nacional nas décadas de 1950 e 1960 e, finalmente, interpretar de maneira justa o profundo impacto que teve, a partir de 1967, a criação da Associação Nacional de Usuários Camponeses (ANUC), no marco

político, ideológico e institucional configurada pela última e frustrada reforma agrária liderada pelo Estado nacional pelo governo do presidente liberal Carlos Lleras Restrepo.⁶

O Mochuelo, como será referido a partir de agora, aparece marcado pela interseção de uma longa tradição de mobilização popular de natureza camponesa e pacífica e de uma tradição jornalística radicalmente ligada à comunicação para transformação social. Segundo Soraya Bayuelo, Italia Samudio Reyes e Giovanni Castro, protagonistas do processo de conceituação e realização de O Mochuelo:

Por meio da metodologia de trabalho “treinamento transformador”, são promovidas a geração e o fortalecimento de exercícios de liderança comunitária com responsabilidade social, que superam a lógica da resignação, silêncio, dependência e opressão que infelizmente vive o território após muitos anos de exclusão política e econômica, discriminação social, empobrecimento, corrupção, estigmatização, impunidade, injustiça, violência, intervencionismo e negligência do Estado, que, juntos, moldaram a consequência mais perversa para qualquer projeto democrático: o silêncio político de suas comunidades. O *status quo* da sua real participação em órgãos públicos, a ausência de projetos da sociedade autônomos, dignos e responsáveis, e o medo e o terror impostos com controle violento resultam na ausência de agências cidadãos informadas, coletivas, participativas e eficazes de incidência política, econômica e pública.⁷

A complexidade e a audácia dessa aposta não podem ser entendidas sem dimensionar, ainda que de maneira muito breve, o tamanho dos danos causados pela conjunção dos poderes políticos e militares que viam nesse tipo de empoderamento uma ameaça aos seus interesses econômicos e ao controle territorial que eles exerceram e exercem ainda hoje, mas, sobretudo, a amplitude e profundidade mórbidas do impacto de sua ação desumana contra a sociedade. De acordo com o Observatório de Memória e Conflito do Centro Nacional de Memória Histórica, desde o final dos anos 1960, em Montes de Maria, participaram praticamente todos os grupos armados ilegais de caráter guerrilheiro ou paramilitar, unidos a seções da Força Pública e a grupos interligados com o tráfico de drogas. Entre 1985 e 2017, nesta zona foram cometidos 3.197

assassinatos seletivos, 104 massacres, 1.385 pessoas desapareceram e houve 657 vítimas de violência sexual – na maioria dos casos, mulheres.⁸ A esses números devem ser somadas as 200 mil pessoas deslocadas temporária ou permanentemente da área e que, na prática, também foram vítimas da desapropriação de suas terras.⁹ Para que tenhamos uma noção do impacto desses massacres junto à população local, em 1973, essa região era habitada por 337.626 pessoas. Em 1986, o número de habitantes havia crescido para 867.821, um indicador que demonstra que essa região possuía potencial de desenvolvimento sustentável que resultou num atrativo para as populações da circunvizinhança. No entanto, e especialmente por conta dos efeitos da violência e dos deslocamentos forçados de pessoas, essa mesma região apresenta atualmente uma população de aproximadamente 438.119 pessoas.¹⁰

Esses números assustadores devem ser contextualizados na atmosfera de terror que cada um desses crimes estava moldando e contra a qual o Coletivo de Comunicações de Montes de Maria Linha 21 e outras organizações sociais nessa área tiveram que enfrentar.

Talvez o massacre de *El Salado*, como é conhecido na Colômbia, ocorrido entre 16 e 21/02/2000, e situado na mesma região de Montes de Maria, sirva como um caso emblemático para descrever, ainda que de maneira muito breve, o tipo de violência exercida, neste caso, por uma das frentes das Autodefesas Unidas da Colômbia. Segundo o estudo realizado pelo Grupo de Memória Histórica da Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação,¹¹ esse massacre fazia parte de uma estratégia de ordem nacional elaborada e realizada pelos paramilitares para gerar violência massiva entre 1999 e 2001. Os pesquisadores apontam que a concentração temporária e territorial de massacres ocorridos na área era vista como uma marcha militar triunfante, que naquela época fez a opinião pública pensar em uma sólida divisão geopolítica do país entre um norte contrarrevolucionário e um sul guerrilheiro. O massacre de *El Salado* e sua demonstração pública de violência, segundo esse estudo, ilustra de forma evidente a estratégia político-militar baseada na disseminação do terror como instrumento de controle sobre o território e a população, e que, dentro da dinâmica geral do conflito armado nesse período, começou a tomar forma no

final da década dos anos 80 do século passado, com massacres como o de Trujillo, no norte de Valle del Cauca.¹² Na verdade, os massacres ocorridos na região de Trujillo serviram como uma espécie de modelo enquanto método e prática de terror para os demais massacres ocorridos pelo território colombiano.

Vale citar, de maneira muito limitada, a passagem introdutória à análise do tipo de violência exercida pelos 450 paramilitares apoiados pelo sobrevoo de helicópteros em Montes de Maria, entre 16 e 21 de fevereiro de 2000, onde 59 pessoas foram aniquiladas e uma cena pública de terror generalizada foi montada no município de El Carmen de Bolívar, no município de Ovejas e no município de Córdoba.

O massacre de El Salado ilustra as estratégias de exibição da violência, uma vez que não apenas expõe os corpos nos espaços públicos, mas também os transforma em marcadores de rotas de terror, em um rastro; as torturas foram realizadas em locais públicos, na frente das pessoas, e contraem o tempo e ampliam o espaço de representação, de modo que a magnitude e a natureza sistemática da violência sejam mais impactantes, e a informação proporcionada pelos informantes se misture ao uso de estereótipos, vestígios e casualidades de “escolher” as vítimas.

O terror tornado público incorpora os sobreviventes e as testemunhas necessárias para que ele seja transmitido e difundido socialmente, explorando seus sentimentos de impotência por não ser capaz de agir para salvar suas vítimas; e a demonstração de força do opressor, capaz de desafiar os controles sociais e a vigilância pública.¹³

As dimensões do trauma, no nível pessoal e coletivo, enfrentadas por aqueles que faziam parte do Coletivo de Comunicações de Montes de Maria Linha 21 foram não apenas incomensuráveis, mas também versáteis, voltadas para diferentes facetas da vida individual e social, com uma longa duração no tempo. Seu impacto nas elaborações do luto e da memória, em oposição ao silêncio imposto principalmente pelos paramilitares, apareceu como o grande desafio em termos da comunicação transformadora que o Coletivo estava executando desde alguns anos antes do surgimento dos traços mais dramáticos dessa violência.

O MOCHUELO COMO APOSTA MUSEOLÓGICA

O Coletivo, então, com o acúmulo de depoimentos, construídos a partir de entrevistas elaboradas na intimidade e profundidade, decidiu começar a organizar reuniões muito limitadas, nos quintais e jardins das casas de Montes de Maria, que rapidamente se direcionaram, a partir de linhas pedagógicas, para o acesso aos direitos que as vítimas tinham, e principalmente as mulheres que haviam sido submetidas a algum tipo de abuso sexual. Eles também criaram técnicas para apoiar emocional e coletivamente as testemunhas, uma vez que, no contexto sombrio vivido, era muito difícil falar sobre as experiências terríveis pelas quais haviam passado. Tudo isso derivou, também, para o desenvolvimento de oficinas de comunicação e produção audiovisual, que finalmente foram a origem do coletivo de narradores da memória: os documentários, em todos os municípios da região, a partir dos quais O Mochuelo começou a ser criado.¹⁴ Soraya Bayuelo, Giovanni Castro e Italia Samudio colocam desta maneira:

Sob o postulado de potencializar “a voz” das comunidades, são promovidos mecanismos para fortalecer suas capacidades na apropriação de seu lugar político na sociedade. Sob a impressão de uma restauração baseada na recuperação da vida digna das vítimas e comunidades vulneráveis, esses processos incentivam iniciativas com metodologias de produção de rádio, audiovisual e cinematográfica a serviço de suas comunidades, divulgando suas experiências de vida, aprendizagens e projeções como organizações da população afetada pelo conflito armado no território.

As imagens, histórias e relatos resultantes da memória são uma janela que permite entender como, no privado, no íntimo e no familiar, todas as mentiras da guerra são quebradas devido ao fato de serem narradas e ressignificadas por meio da memória coletiva. Dado que é nessa passagem entre o privado e o público que é disputada a definição de “ser” e “habitar” alguns territórios de uma maneira e com propósitos particulares, é essencial revelar que, durante esses anos, suas populações decidiram vivê-los e habitá-los com tenacidade, ainda cientes de que, em muitos casos, também se trata de recomeçar com muito menos do que começaram há muito tempo e agora levando consigo a dor de suas perdas e a incerteza sobre um território ainda em disputa.¹⁵

Paralelamente, a sistematização dos depoimentos envolveu a criação de bancos de histórias e também uma rede muito complexa de informação que foi se construindo a partir do cruzamento de informações com os bancos de dados dos observatórios de deslocamento forçado e outras organizações como a Rede Nacional de Bancos de Dados sobre Direitos Humanos e Violência Política do Centro de Pesquisa e Educação Popular, ou plataformas jornalísticas alternativas, como La Silla Vacía ou Verdad Abierta.¹⁶ Com essa informação, outra tarefa importante foi empreendida para entender o tipo de projeto museológico que hoje anima O Mochuelo: a elaboração de uma série de linhas do tempo que deram uma ordem ao complexo panorama de violência vivenciado na região.

Contudo, o maior desafio que aqueles que faziam parte do Coletivo de Comunicações de Montes de Maria Linha 21 começaram a enfrentar estava relacionado à maneira como essas histórias se tornariam públicas e, acima de tudo, a forma como se construiria a narrativa geral que as explicaria a partir da perspectiva das vítimas.

Não se deve esquecer que eles estavam agindo no meio de uma atmosfera absolutamente aterrorizante. Colocar-se nesse contexto, mesmo de forma particular, como mediador da memória, envolvia um risco muito grande para a própria segurança pessoal. Eis aqui o x da questão, a chave museológica, que hoje coloca O Mochuelo como um caso emblemático de relevância e, sobretudo, de lucidez em sua inserção nas comunidades às quais deve sua origem e destino. Voltemos ao testemunho de Italia Samudio:

Sempre tivemos o desafio de como contar esses processos, como converter todas essas informações em um dispositivo que cumprisse uma função digna do território, uma função exorcizante, mas que também desse forma e nome a algo que não podia ser mencionado e, nesse sentido, desse um horizonte mais claro para aqueles sonhos e projetos de vida que foram interrompidos durante a guerra. As perguntas feitas por nós que participamos no projeto eram mais do que óbvias... Nesse contexto, nasce a ideia de fazer um museu; um museu que narrasse a partir do território, com o território e para o território, a experiência do que significava ser um habitante dos Montes de Maria antes da guerra, no meio da guerra, e com a pergunta sobre o futuro.¹⁷

Do ponto de vista do Coletivo de Comunicações de Montes de Maria Linha 21, o caráter de museu da organização, que começou a surgir nos debates internos que tinham, corresponde à dimensão e complexidade do processo que o museu deseja assumir não apenas como sua matéria narrativa, mas como a missão de seu próprio projeto museológico. É uma nova instituição que está a serviço das comunidades montemarianas, no contexto do Caribe colombiano; e sua missão está comprometida com a identificação, preservação e comunicação dos depoimentos, conhecimentos e bens culturais associados à experiência de vida dessa comunidade e que hoje, segundo eles, fazem parte da memória coletiva nacional. Bayuelo Castellar, Castro e Samudio observam:

O museu assim concebido torna-se uma forma de resistência ao esquecimento e em um mecanismo de não repetição, e ao mesmo tempo, um dispositivo pedagógico para a reconstituição social comunitária.

O Museu Montes de Maria é concebido como itinerante, pois lhe permitirá manter o caráter participativo e vivo que teve desde a sua concepção com as comunidades e ir além da interação própria da nova museologia, para ser também uma opção de mobilização social, treinamento de públicos e visibilidade em toda a região do Caribe e em outras áreas do país. Nesse sentido, a locomoção torna mais fácil para as comunidades gerar mecanismos articulados de autorrepresentação e reparação simbólica, essenciais para a construção de projetos de vida dignos e autônomos no território.

Além do exposto, também é itinerante porque visa, ao longo de seu caminho, promover a articulação de comunidades locais que ficaram totalmente desarticuladas como resultado da guerra. Lá, um museu itinerante “interrompe” a vida cotidiana e se insere na rotina das pessoas para gerar perguntas, questionar o que aconteceu, sair às ruas e conjurar o perigo de um confinamento que paralisa as memórias e as transforma em objetos desprovidos de significado.¹⁸

Sob esses parâmetros, o Museu começou a projetar-se no final da primeira década do século XXI e da sua idealização participam ativamente, além do Coletivo, instituições como a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, o Movimento pela Paz, o Centro Ático da Pontifícia Universidade Javeriana, a empresa Caracola Consultores, a Unidade de Comunicações do Ministério da Cultura e o Ibermuseos.

Depois de uma etapa de quase cinco anos, que contou, inclusive, com o apoio do Centro Nacional de Memória Histórica em Bogotá, em 2011, e graças à intervenção de seu primeiro diretor, o historiador Gonzalo Sánchez, iniciou-se a segunda etapa de construção de O Mochuelo. A partir daí, o roteiro do museu foi revisto e foram realizadas as propostas de planejamento, gestão, desenvolvimento e remodelação das atividades do museu. A Embaixada da França na Colômbia realizou 90% da produção, até sua inauguração em 15 de março de 2019.

É, portanto, um dos museus colombianos mais pensados e que, sem dúvida, contou com a participação de um grande número de instituições e profissionais, tanto dos meios museológico, acadêmico e cultural, como da comunidade internacional, e, embora não seja necessário dizer, das comunidades que deram origem a ele. Isso não apenas o caracteriza como uma organização única que rompe significativamente o processo de guetificação ao qual estava submetida a recuperação da memória das vítimas e dos setores subalternos dentro da sociedade, mas também o coloca em uma nova posição no âmbito do complexo e contraditório campo da memória no país. Não devemos esquecer que, ao contrário de outros contextos nacionais, na Colômbia, a recuperação da memória não se baseia apenas num passado de repressão e violência, mas está enraizada também nos dramáticos conflitos do presente. O grande objetivo desse tipo de organização não é a construção de uma ordem democrática pós-traumática na qual os direitos culturais são garantidos para toda a população, mas o estabelecimento, em meio à guerra, de uma ordem social e principalmente política em que o exercício da memória no nível individual e coletivo não está associado à criminalização ou à morte. “Trata-se de construir memória em um estado de emergência.”¹⁹

O ESPAÇO EXPOSITIVO DE O MOCHUELO E SUA INTERAÇÃO COM O PÚBLICO

O espaço curatorial e expositivo de O Mochuelo está projetado com base em três conceitos fundamentais: território, memória e identidade. Não se trata apenas de três eixos narrativos localizados um após o outro na narrativa espacial, mas sim de três matrizes temáticas que se entrelaçam de maneira sistemática, embora sejam efetivamente atribuídas a espaços específicos, e são desenvolvidas em 13 áreas, como segue:

1. Boas-vindas.
2. Paisagens de Montes de Maria.
3. Contexto geográfico.
4. Linha do tempo.
5. Patrimônio imaterial.
6. Patrimônio material.
7. Vozes e memória.
8. Além da dor.
9. Histórias de vida, perfis e retratos.
10. Resistências.
11. Homenagem aos ausentes.
12. Diário de bordo.
13. Pátio.

Amplamente apoiada pela concepção do território como algo mais que um conceito cartográfico, e que traz consigo todo o conhecimento e produção cultural das pessoas como agentes ativos e construtores de sua história, a exposição apresenta painéis infográficos de diferentes regiões dos Montes de Maria e coloca as marcas que o conflito armado deixou em seus habitantes, fazendas, casas e, particularmente, nas estratégias de sobrevivência das vítimas, quando foram forçadas a se mudar para outros municípios nos *departamentos* de Sucre, Bolívar e Córdoba.

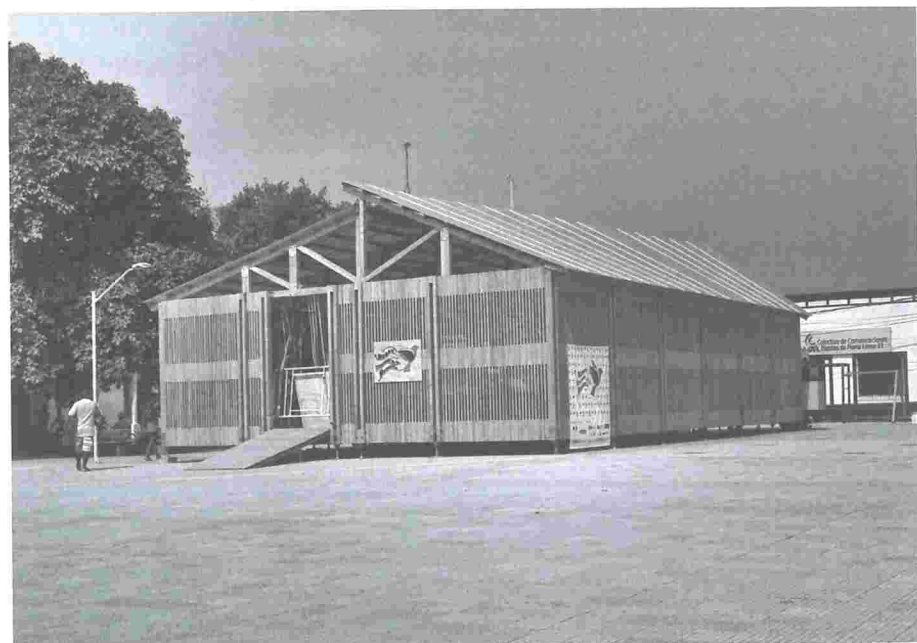
A memória, segunda matriz curatorial da exposição, estabelece o tom altamente emocional da história, uma vez que se materializa sobretudo nos depoimentos das vítimas do conflito armado na região, coletados por meio de alguns vídeos que medem o sofrimento pessoal imposto principalmente aos camponeses locais, que foram os mais afetados por toda essa situação trágica. Por outro lado, é importante notar que essa matriz ocupa o centro metafórico da história e também o centro da espiral do circuito expográfico. Através da chamada árvore da vida – um dispositivo que em cada uma das folhas lembra o nome, a idade, a data e o local do assassinato ou desaparecimento de uma vítima em particular –, o compromisso mais profundo do projeto no museu é resolvido: a homenagem aos mortos como ausências ativas no presente e no futuro.

Finalmente, há a terceira matriz curatorial: identidade. Por meio dela, o espaço expositivo é iluminado com as formas de organização e mobilização,

os modos de pensar, as felizes e festivas formas de sociabilidade comunitária, as lúcidas imaginações artesanais, as elegantes danças ancestrais *cumbia*, *porro*, *bullerengue* e a *puya*, a poética aguda e muitas vezes melancólica *décima*, na qual é impossível não recordarmos a narrativa de Gabriel García Márquez. Nesse contexto, O Mochuelo funciona como um espelho digno e legitimador, no qual os montemarianos não podem deixar de se olharem. Então, as práticas culturais aparecem no discurso museológico não apenas como conteúdo, mas também como um meio que transforma o luto, a dor indescritível e inefável por tantos anos contida e reprimida, em profunda e humana solidariedade, no clamor carnavalesco da vida.

Não temos medo de salientar que O Mochuelo, hoje, é um dos exemplos mais evidentes dos ideais da museologia social, de uma museologia a serviço da vida. O diálogo produzido pelo e no Mochuelo permite renovar o contato com o vizinho para fortalecer o tecido social, estilhaçado pelo conflito armado. A interação com esse espaço expositivo é o ponto de partida para a restauração da esperança; como se fosse um fenômeno psicanalítico de resgate de algo que estava perdido, mas que a museologia social pode recuperar e trazer de volta ao presente.²⁰

Imagem 1 – Aspecto da entrada de O Mochuelo.



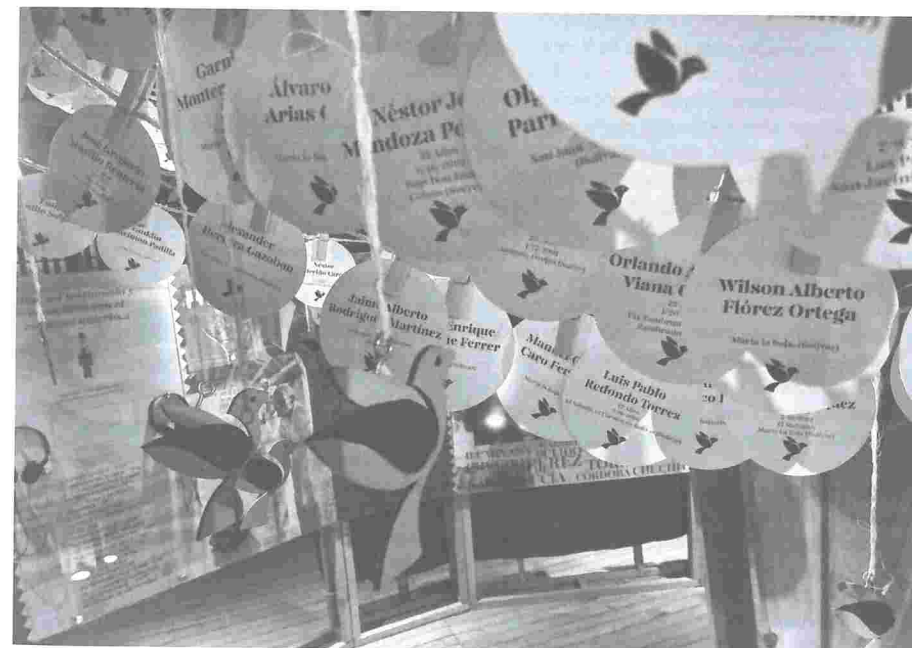
W. A. López Rosas, Carmen de Bolívar (Colômbia), março de 2019.

Imagem 2 – Aspecto da visitação de O Mochuelo.



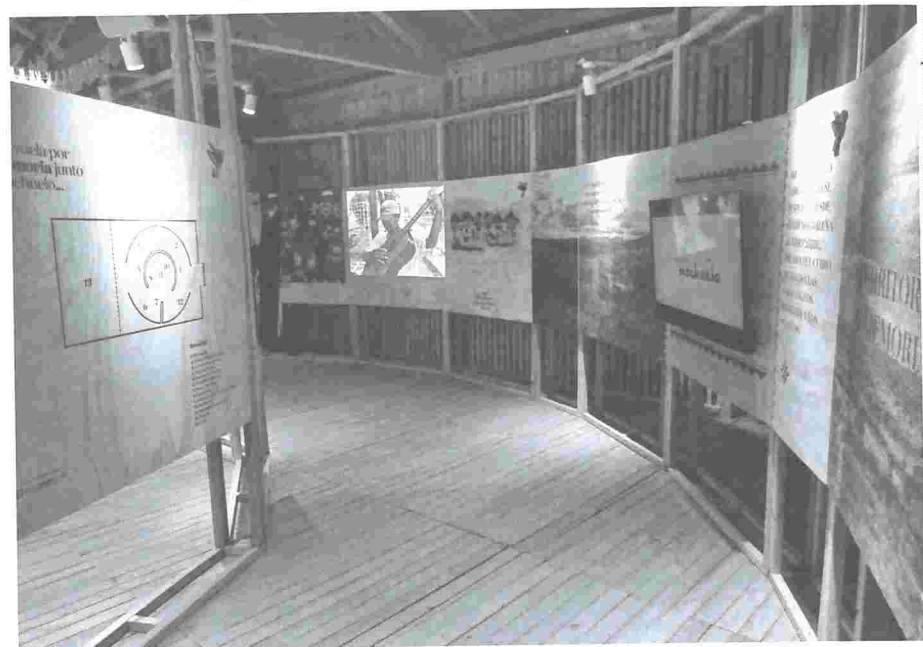
W. A. López Rosas, Carmen de Bolívar (Colômbia), março de 2019.

Imagem 3 – A “árvore da vida” com os nomes das vítimas dos massacres ocorridos.



W. A. López Rosas, Carmen de Bolívar (Colômbia), março de 2019.

Imagem 4 – Percurso de visitação de O Mochuelo.



W. A. López Rosas, Carmen de Bolívar (Colômbia), marzo de 2019.

Notas

- ¹ Texto apresentado originalmente na Reunião de Antropologia do Mercosul em Porto Alegre em julho de 2019. A versão para este capítulo foi atualizada e ampliada.
- ² A ideia inicial desse coletivo de comunicação era a criação de um jornal que teria por título *Línea 21*, por alusão ao novo século que estava por chegar. A partir disso, iniciou-se a formação de jovens comunicadores dessa região, que se apropriaram da linguagem audiovisual e das narrativas de memória numa perspectiva de participação transformadora do contexto local em que viviam.
- ³ Montes de Maria   uma sub-região geográfica do Caribe colombiano situada entre os departamentos de Sucre e Bolívar. Fazem parte desta região alguns municípios como El Carmen de Bolívar (onde foi montado o Museu pela primeira vez), San Juan Nepomuceno, San Jacinto, Córdoba e outros. Essa região foi palco de muitos massacres perpetrados especialmente por grupos paramilitares.
- ⁴ Tatiana Duplat Ayala, *Paz en la guerra. Reconciliaci n y democracia en el Alto Ariari*, Bogotá, Siglo del Hombre Editores/Universidad EAFIT/ Universidad del Rosario, 2019, p. 17.
- ⁵ Apolinar Díaz-Callejas, *La reforma agraria en Colombia, Venezuela y Brasil. Nuestra Costa Caribe y el problema agrario*, Bogotá, Taller de Edición Rocca, 2006.
- ⁶ María Aguilera Díaz, "Montes de María: una subregión de economía campesina y empresarial", em Centro de Estudios Econ micos Regionales, *Documentos de trabajo sobre economía regional*, Banco de la República, Cartagena, 2013, p. 6; Daniel Moreno Raimondi, *Consecuencias políticas, económicas y sociales del desplazamiento forzado en Montes de María entre los años 1997 y 2003*, Ciudad de México, Facultad de Estudios a Distancia/Universidad Nacional Autónoma e Independiente de México, 2015, p. 6.
- ⁷ As tradu  es de todas as cita  es, que no original se encontravam em espanhol, foram feitas pelos autores. Soraya Bayuelo Castellar, Giovanni Castro e Italia Samudio Reyes, "Museo itinerante de la memoria y la identidad de los Montes de María: tejiendo memorias y relatos para la reparación simbólica, la vida y la convivencia", em *Ciudad Paz-ando*, v. 6, n. 1, Instituto para la Pedagogía, la Paz y el Conflicto Urbano/ Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, pp. 160-161, 2013.

- ⁸ Centro Nacional de Memoria Histórica. *Bases de datos del Observatorio de Memoria y Conflicto*. Centro Nacional de Memoria Histórica, Bogotá, disponível em <http://centrodememoriahistorica.gov.co/observatorio/bases-de-datos/2018>, acesso em fev. 2020.
- ⁹ Daniel Moreno Raimondi, op. cit., 2018, p. 6.
- ¹⁰ *Análisis regional de los Montes de María*. Fundación Ideas para la Paz, Bogotá, 2011.
- ¹¹ O Grupo de Memória Histórica da Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação foi criado pela chamada Lei de Justiça e Paz (Lei 975 de 2005), sob o mandato presidencial de  lvaro Uribe Vélez. A duração de sua existência institucional, dentro desse marco legal, deveria ter sido prorrogada até 2013, mas com a edição da Lei das Vítimas (Lei 1448 de 2011) pelo governo de Juan Manuel Santos, os membros deste grupo de pesquisa tornaram-se parte do Centro Nacional de Memória Histórica.
- ¹² Grupo de Memoria Histórica, *La masacre de El Salado. Esa guerra no era nuestra*, 3. ed., Bogotá, Centro Nacional de Memoria Histórica/Taurus/Revista Semana, 2009, p. 16.
- ¹³ Idem, p. 83.
- ¹⁴ William Alfonso López Rosas, "La inauguración del Museo El Mochuelo: entrevista a Italia Samudio Reyes", em *Museos en contexto*, UNRadio, Bogotá, emisión del 14 de abril 2019, disponível em <http://unradio.unal.edu.co/nc/detalle/cat/museos-en-contexto/articulo/inauguracion-del-museo-el-mochuelo-entrevista-a-italia-samudio.html>, acesso em fev. 2020.
- ¹⁵ Soraya Bayuelo Castellar, Giovanni Castro e Italia Samudio Reyes, op. cit., 2013, p. 161.
- ¹⁶ Conferir em <https://lasillavacia.com>; <https://verdadabierta.com>.
- ¹⁷ López Rosas, op. cit.
- ¹⁸ Soraya Bayuelo Castellar, Giovanni Castro e Italia Samudio Reyes, op. cit., pp. 169-170.
- ¹⁹ William Alfonso López Rosas, "Los museos en tiempos de conflicto: memoria y ciudadanía en Colombia", em Américo Castilla (comp), *El museo en escena. Política y cultura en América Latina*, Buenos Aires, Fundación TyPA/Paidós, 2010, pp. 207-222, dipon vel em https://www.academia.edu/5760410/Museos_en_tiempos_de_conflicto_memoria_y_ciudadan%C3%ADa_en_Colombia, acesso em fev. 2020.
- ²⁰ No momento, O Mochuelo j  itinerou por tr s outros municípios colombianos próximos a Montes de María: Córdoba, San Jacinto e San Juan Nepomuceno. Em todos com grande éxito de visita  o.

OS AUTORES



Daniela Rabello Nabhan



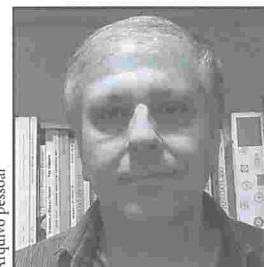
Maria Ligia Prado é professora emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Autora, entre outros, de *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos* (2014). Pela Contexto, é coautora dos livros *Nova História das Mulheres no Brasil* e *História da América Latina*.

Arquivo pessoal

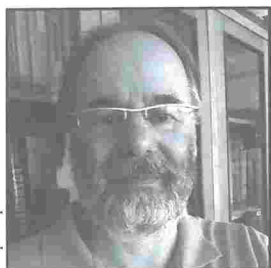


Barbara Weinstein é professora de História na New York University. Autora, entre outros, de *The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil* (2015). Atualmente, escreve uma biografia intelectual do historiador e criminologista Frank Tannenbaum.

Arquivo pessoal



Camilo de Mello Vasconcellos é docente do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). Participa dos Programas de Pós-graduação em Museologia da Universidade Nacional da Colômbia e da Universidade Andina Simón Bolívar do Equador. Líder do Laboratório de Pesquisas sobre Museus da América Latina, CNPq. É coautor do livro *O saber histórico na sala de aula*, publicado pela Contexto.



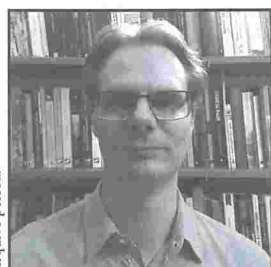
Carlos Alberto Sampaio Barbosa é mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e doutor pela Universidade de São Paulo (USP). É professor de História da América na Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis). Publicou *A fotografia a serviço de Clio: uma interpretação da história visual da Revolução Mexicana* e *A Revolução Mexicana*.



Fabiana de Souza Fredrigo é doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Franca). Realizou pós-doutoramento na Universidade de São Paulo (USP). Desde 1998, é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG). Suas atividades de pesquisa direcionam-se às áreas de História da América e História Contemporânea.



Flavio Thales Ribeiro Francisco é professor dos bacharelados de Ciências Humanas e Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Trabalha com História dos Estados Unidos e as conexões transnacionais de intelectuais e organizações negras.



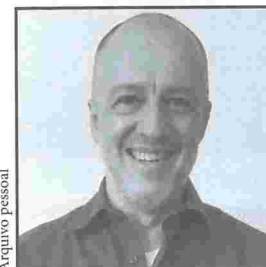
Gabriel Passetti é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de História das Relações Internacionais na Universidade Federal Fluminense (UFF), autor do livro *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)* (2012). Bolsista Produtividade CNPq e JCNE Faperj.



Gabriela Pellegrino Soares é professora livre-docente de História da América Independente da Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora do CNPq e coordenadora, no Brasil, do projeto *Transatlantic Cultures* (Fapesp/ANR). É autora de livros e artigos sobre História latino-americana. Pela Contexto, é coautora do livro *História da América Latina*.



José Luis Beired é professor livre-docente do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis). Autor, entre outros, de *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)* (1999).



Júlio Pimentel Pinto é professor no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e autor, entre outros, de *A pista e a razão: uma história fragmentária da narrativa policial* (2019).



Kátia Gerab Baggio é professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágios de pós-doutorado na USP, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Universidade Nacional Autónoma do México (Unam). Possui publicações sobre história política e intelectual latino-americana.

Arquivo pessoal



Luiz Felipe Viel Moreira é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de América no curso de História e na pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente, estuda a interseção entre História e Literatura da América Central contemporânea.

Arquivo pessoal



Marcos Cueto é doutor em História pela Universidade de Columbia de Nova York e coautor de *Medicina e Saúde Pública na América Latina* (2016). Atualmente, é editor científico da revista *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.

Arquivo pessoal



Maria Helena Capelato é professora titular no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Autora, entre outros, de *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo* (2009).

Arquivo pessoal



Marta de Almeida é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCTI e professora da pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Desenvolve trabalhos sobre a História da Ciência no Brasil e na América Latina.

Arquivo pessoal



Mary Anne Junqueira é professora no Departamento de História e no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) e autora, entre outros, de *Velas ao mar: U.S. Exploring Expedition (1838-1842)* (2015).

Arquivo pessoal



Patricia Funes é doutora em História. Professora titular de História Latino-americana na Faculdade de Ciências Sociais da Universidad de Buenos Aires. Pesquisadora do Conicet.

Arquivo pessoal



Regina Aída Crespo é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe e professora da pós-graduação em Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional Autónoma do México (Unam).

Arquivo pessoal



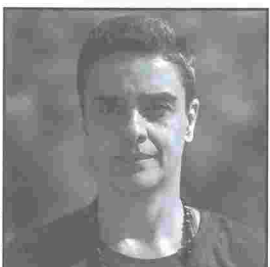
Romilda Costa Motta é doutora pela Universidade de São Paulo (USP) com a tese *Práticas Políticas e representações de si: os escritos autobiográficos de Antonieta Rivas Mercado e de Patrícia Galvão/Pagu*. Autora de *José Vasconcelos: as memórias de um "profeta rejeitado"* (2016).



Sílvia Cezar Miskulin é doutora e em História pela Universidade de São Paulo (USP) e tem pós-doutorado pela mesma instituição. Professora da Universidade de Mogi das Cruzes. Publicou, entre outros, *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução* (2009).



Stella Maris Scatena Franco é professora de História da América Independente no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Estuda a formação dos Estados nacionais, as viagens e viajantes e as relações de gênero no século XIX latino-americano. Pela Contexto, é coautora do livro *Nova História das Mulheres no Brasil*.



Sylvia Colombo é jornalista da *Folha de S. Paulo*, foi editora da *Ilustrada* e correspondente em Londres. É correspondente para a América Latina e vive em Buenos Aires. Participou do programa Knight Wallace da Universidade de Michigan.



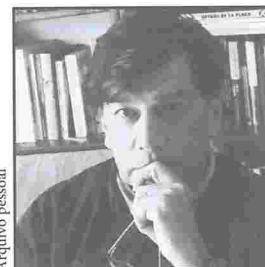
Tânia da Costa Garcia é professora no Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Autora de *The Latin American Songbook in the Twentieth Century: From Folklore to Militancy* (2019) e de *O "it verde e amarelo" de Carmen Miranda* (2005).



Tereza Maria Spyder Dulci é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado no Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, da Universidad Nacional Autónoma de México. Desde 2011, é professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).



Valdir Santos é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). É autor de *A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina* (2016).



William Alfonso López Rosas é doutor em História da Arte pela Universidade Nacional da Colômbia, onde é docente e coordenador do mestrado em Museologia. Membro do grupo de pesquisa Museologia Crítica e Estudos do Patrimônio Cultural e da Rede Conceptualismos del Sur.

São Paulo, 21/12/2021

Prezado Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos,

Em atendimento à sua solicitação, venho atestar que todos os livros da Editora Contexto voltados para o público universitário e acadêmico têm os seus manuscritos submetidos ao processo de avaliação por pares (peer review), incluindo o livro abaixo listado:

- 1- Utopias Latino-Americanas: política, sociedade e cultura (2021) - organização de Maria Ligia Prado - ISBN: 978-65-5541-000-6;

Cordialmente,



Pedro Alencar

Assistente editorial

(11) 3832-5838

secretaria@editoracontexto.com.br